

A literatura de língua portuguesa em Goa: plurilinguismo, colonialismo e identidade

Helder Garmes*

Universidade de São Paulo/ CNPq

Viviane Souza Madeira**

Universidade de São Paulo/ CNPq

Resumo: O presente texto realiza um percurso pela literatura goesa de língua portuguesa, buscando apresentar, ao leitor leigo nessa literatura, algumas de suas principais características. Tratando-se de uma literatura que já teve seu contexto social extinto, isto é, o período colonial português na Índia, procuramos demonstrar a importância de conhecê-la e estudá-la, tendo em vista as reflexões literárias, linguísticas e sociais que nos propõe. Produzida em meio a uma sociedade plurilíngue, a literatura goesa de língua portuguesa apresenta autores paradigmáticos, como Francisco João da Costa, Vimala Devi ou Laxmanrao Sardessai, que viveram em meio a um conjunto complexo de referências literárias e culturais. Enquadrá-la nos estudos acerca das relações literárias que envolvem referências locais e mundiais é aqui sugerido como um caminho para estimular o seu estudo no âmbito acadêmico.

Palavras-chave: Literatura Goesa de Língua Portuguesa, Literatura Indo-Portuguesa, Goa, Mundialização

Abstract: The present text takes a journey through Goan literature in Portuguese, aiming to introduce some of its main characteristics to readers who are unfamiliar with it. As this literature has had its social context extinguished, namely the Portuguese colonial period in India, we seek to demonstrate the importance of knowing and studying it, considering the literary, linguistic, and social reflections it offers. Produced within a multilingual society, Goan literature in Portuguese presents paradigmatic authors such as Francisco João da Costa, Vimala Devi, or Laxmanrao Sardessai, who lived amidst a complex set of literary and cultural references. Framing it within studies around the literary relations that involve local

and global references is suggested here as a way to stimulate its study in academic circles?

Keywords: Goan literature in Portuguese, Indo-Portuguese Literature, Goa, worlding

A literatura de língua portuguesa produzida em Goa, antigo território português, apresenta, ao pesquisador que se propõe estudá-la, uma série de desafios e debates calcados na questão da língua, na presença colonial portuguesa (que teve seu fim em 1961), na formação da sociedade goesa, em seu meio intelectual e em sua identidade linguística, religiosa, de classe, cultural, assim como na manutenção dos arquivos que documentam esse processo histórico, que dão elementos para se compreender como essa sociedade e sua literatura se desenvolveram. Tendo isso em vista, propomo-nos aqui apresentar um breve esboço dessa produção literária, discutindo alguns textos exemplares, situando-os em seu contexto local, ao mesmo tempo em que trataremos de conectá-los a outras literaturas do mundo.

Tratar da delimitação de um *corpus* literário nunca é tarefa fácil, mesmo em contextos de unidade nacional como é o caso das literaturas nacionais. Entretanto, essa tarefa se torna mais complexa quando se trata de um território colonizado e cheio de antagonismos como é o caso de Goa e que nunca chegou a se constituir enquanto nação independente.

O contato dos portugueses com os indianos remonta à chegada de Vasco da Gama a Calecute (no atual estado de Querala) em 1498, resultado da estabilidade política portuguesa e do aprofundado conhecimento náutico adquirido ao longo do século XV, além do propósito de participar do comércio de especiarias, dominado em boa parte pelos venezianos. É apenas em 1510, com a chegada de Afonso de Albuquerque, que a coroa portuguesa toma o território, considerado um porto comercial cobiçado e que antes estava sob domínio dos muçulmanos. Sua dominação se dá, então, em dois períodos, sendo o primeiro no século XVI, logo após a chegada de Albuquerque, e compreende as regiões de Tiswadi (1510), Bardez, Mormugão e Salcete (1543), conhecidas como *Velhas Conquistas*, e a segunda no século XVIII, compreendendo as regiões de Pondá (1763), Sanguem, Quepem, Canacona (1764), Pernem, Bicholim e Satari (1781-1788), conhecidas como *Novas Conquistas* (Trichur 2013). A partir da primeira fase de conquistas, instalam-se as missões jesuíticas, dominicanas, franciscanas na Índia, tanto em Goa, como em Cochim, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli.¹ Entre esses territórios estão Cochim, perdida para os Países Baixos em 1663 (Pinto 2011: 275), e Bombaim, que foi entregue como dote de Catarina de Bragança, em 1661, por seu casamento com Carlos II da Inglaterra (Cunha 2004: 264).

O Colégio de São Pedro, instituição jesuíta, recebe, ainda no século XVI, a primeira imprensa da Ásia, onde se publicam as *Conclusiones Philosophicas*, em 1556. Essa imprensa foi, mais tarde, transferida para o seminário do Rachol, onde, em 1617, se publicou o *Kristapurāna - discurso sobre a vinda de Jesus Christo*, do padre jesuíta inglês Thomas Stephens, um poema épico escrito “na língua poética elevada da região, o marata” (Chakravarti 2018: 134; tradução nossa). A publicação de obras impressas em Goa somaria 51 obras,² de acordo com Vimala Devi e Manuel de Seabra, “das quais 25 [são] bilíngues, 7 em vernáculo, 16 em português e a tradução de uma obra indiana” (Devi & Seabra 1971: 94). As obras aqui mencionadas são sobretudo de cunho religioso e estão sujeitas aos censores da Inquisição, que durou de 1560 a 1812, com uma pausa entre 1774 e 1778, durante o governo do Marquês do Pombal.

Nos primeiros anos do século XVII, a imprensa desaparece de Goa e a produção escrita se vincula mais ao império português, sendo mais histórica do que literária. Só ressurge a partir do início do século XIX, em 1821, já na forma de imprensa periódica, com *A Gazeta de Goa*, e busca discutir problemas políticos e socioculturais locais, sobretudo àqueles referentes à elite católica que, desde o século XVI, contou com o ensino da língua portuguesa por meio dos colégios e ordens católicas. O acesso à língua escrita é, assim, oferecido principalmente às castas consideradas mais altas, como a dos brâmanes e a dos chardós,³ assim como aos descendentes, isto é, aqueles goeses filhos de portugueses provenientes da Europa e que não teriam se misturado com os naturais de Goa.

Não é por acaso que o renascimento da imprensa goesa se dá no século XIX, mais precisamente em 1821, quando D. João VI e toda a coroa portuguesa retornam do Brasil a Portugal, como resultado a Revolução Liberal do Porto (1820). Nesse momento, atribui-se genericamente a nacionalidade portuguesa aos povos conquistados, abole-se a censura prévia e institui-se o exercício da liberdade de imprensa. A retomada da imprensa em Goa e seu fortalecimento no século XX aumentam a circulação de ideias em português produzidas, em sua maioria, por goeses da elite colonial, que se dividem em dois grupos geograficamente marcados. Em Nova Goa⁴ (hoje, Pangim ou Panaji), desenvolve-se uma imprensa periódica liberal governamental, controlada sobretudo pelos descendentes. São exemplos dessa imprensa a já referida *Gazeta de Goa* (1821-1826), a *Ilustração Goana* (1864-1866), *O Ramalhetinho* (1866), o *Boletim do Instituto Vasco da Gama* (1926-1964), dentre muitos outros. Em Margão, há o desenvolvimento de uma imprensa periódica liberal, controlada sobretudo pelos naturais de Goa (indianos convertidos ao catolicismo), destacando-se o periódico *O Ultramar* (1859-1936), comandado por brâmanes cristãos, aquele intitulado *A Índia Portuguesa* (1861-1921), administrado por chardós cristãos, *A Vida* (1938-1966), dentre diversos outros.

Vale mencionar que existem vários estudos históricos que mapeiam a imprensa de Goa de língua portuguesa, que se estendem de seu início no século XVI ao século XX.⁵ O fato é que toda essa produção impressa abre espaço não só para a circulação

de notícias, mas também constituiu um fórum para que intelectuais locais exponham suas ideias e publiquem seus textos (literários ou não), como é o caso de Bernardo Peres da Silva (1775-1844), Júlio Gonçalves (1846-1896), Paulino Dias (1974-1919), Luís de Menezes Bragança (1878-1938), Nascimento Mendonça (1884-1926), Roberto Bruto da Costa (1888-1930), Tristão de Bragança e Cunha (1891-1958), Maria Ermelinda dos Stuarts Gomes (1889-1937), Propércia Correia Afonso de Figueiredo (1882-1944), Jorge Ataíde Lobo (1920-2004) ou Berta Menezes de Bragança (1911-1998).

Esses intelectuais sentiram em Goa as reverberações dos acontecimentos da metrópole, como o definitivo estabelecimento do liberalismo em Portugal a partir de 1834, a instabilidade política da Primeira República Portuguesa (1910-1926), a emergência e sedimentação do Estado Novo (1933-1974). Nesse último período, a censura é instituída e o Ato Colonial (1930) redefine os territórios conquistados como colônias e não mais como províncias ultramarinas, o que significou retirar o genérico estatuto de nacionalidade portuguesa dos povos do além-mar, que passaram a ser considerados ou assimilados (estes com alguns direitos civis) ou indígenas (praticamente sem direitos civis), distintos dos colonos, isto é, dos portugueses com origem na metrópole (com todos os direitos civis).

Todavia, Goa não estava isolada do subcontinente indiano e ligada unicamente à Europa; logo, as mudanças que ocorriam no Índia britânica também ressoavam entre seus intelectuais, sejam eles católicos ou hindus. O início das campanhas de resistência não-violenta, ou *satyāgraha*, lideradas por Mohandas Gandhi, nos anos 1920, somado ao contexto da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais e à campanha *Quit India!*, organizada pelo partido do Congresso Nacional Indiano, são alguns dos elementos do longo processo que culminou na libertação indiana em 1947. Como um dos ecos em Goa dessa movimentação na então Índia Inglesa, temos o debate acerca da autonomia de Goa promovida por Santana Rodrigues (1887-1966), que, bem informado acerca das ações de Gandhi, publica, em 1921, uma série de artigos no semanário *Bharat*.

A paulatina transformação da produção escrita em Goa reflete a mudança que, de acordo com Sandra Ataíde Lobo (2014: 23), vinha ocorrendo desde fins do século XIX, quando intelectuais hindus buscavam reconhecimento de seus pares católicos naturais de Goa que, por sua vez, desejavam um retorno a suas raízes hindus:

Essa identificação por parte desses intelectuais católicos, com um imaginário cultural hindu e com o ambiente local, constituiu uma ruptura definitiva com o projeto da elite católica do século XIX, que se caracterizava por uma clara tendência de “Occidentalização”. Essa mudança foi marcada por uma convicção de que o necessário para impulsionar a criatividade goesa não era o olhar orientalista externo que marcou o orientalismo do século XIX, um olhar que não contribuía substancialmente para sua criatividade cultural. O que eles agora acreditavam ser necessário era uma interiorização da sensibilidade

local, uma reunião com suas raízes culturais e com o apelo sensorial do ambiente local (Lobo 2014: 123) [tradução nossa].

Esse contexto favorece o surgimento de um segmento da imprensa que, formada por goeses e produzida no âmbito da comunidade católica de Bombaim, se compromete com ideais anticoloniais, publicando artigos de opinião, notícias e literatura engajados com o anti-salazarismo e com a libertação de Goa do jugo colonial. Nesse sentido, são exemplares o periódico bilingue português-inglês *Free Goa* (1953-1961), de Tristão Bragança Cunha (1891-1958) e Berta Menezes Bragança, assim como o *Ressurge, Goa!* (1950-1959), de Telo de Mascarenhas (1889-1979), entre outros periódicos de Bombaim. É de se destacar que, nas páginas do *Free Goa*, são publicados poesia e contos em português, inglês e concanim, propagando a causa do nacionalismo goês, assinados por autores locais como Adeodato Barreto (1905-1937), Berta Menezes Bragança (1911-1998) ou Manohar Sardesai (1925-2006).

A agitação social que ocorria em Goa e no resto da Índia e as pressões internacionais pós-guerra em favor do fim do colonialismo não foram suficientes para que Salazar iniciasse o processo de descolonização do território. Por isso, ao abandonar a estratégia de observar e esperar, o então primeiro ministro Jawaharlal Nehru toma a iniciativa de ocupar Goa com tropas indianas, dando início à Operação Vijay em 19 de dezembro de 1961. Este evento marca a libertação do jugo colonial português da então colônia e sua integração à União Indiana.

De acordo com Raghuraman S. Trichur (2013: 91-92), a integração territorial gera novos problemas, advindos do lugar que Goa ocupará dentro da União Indiana, promovendo uma resposta polarizada vinda da sociedade goesa, agora ainda mais tensionada por questões de classe, casta e religião. A elite católica vê sua identidade cultural ameaçada e, considerando as incertezas publicizadas por esse grupo e a internacionalização do assunto, materializada pelas pressões do Ocidente, a integração da comunidade católica torna-se prioritária. Alguns setores, como os hindus não-brâmanes da pequena burguesia e das classes trabalhadoras, diferentemente dos hindus brâmanes da elite mercantil, veem a libertação como uma possibilidade de mudança da hegemonia cultural católica e da dominação brãmene na economia. Exigem, assim, a integração de Goa e apoiam o Congresso Nacional Indiano, liderado por Jawaharlal Nehru, que se comprometeu a adotar medidas para preservar a identidade de Goa dentro da União Indiana. Garante-se à Goa, então, o *status* de território da União.

As disputas políticas que emergem a partir de 1963 entre os partidos locais, o MGP (*Mahashatra Gomantank Party*) e UGP (*United Goan Party*) também estão centradas na intersecção entre classe, casta e religião. O MGP, composto em boa parte de integrantes e apoiadores hindus não-brâmanes, veem tanto brâmanes hindus quanto católicos como colaboradores portugueses, por isso, apoiam a integração de

Goa ao estado do Maharashtra aliada à adoção do marata como língua oficial. Em contrapartida, o UGP é composto majoritariamente por católicos (apesar de contar com o apoio dos brâmanes hindus das Velhas Conquistas) e defende a criação de um estado próprio cuja cultura se centre na língua concani.

Na idealização de um Estado livre, Gandhi e seus companheiros anticoloniais se preocuparam em usar as línguas vernáculas como uma reação ao domínio linguístico do inglês como variante de prestígio. Por esse motivo, o Congresso Nacional Indiano decidiu se organizar tendo por base as regiões linguísticas e culturais. Assim, em 1928, o Relatório do Comitê Nehru pressionou pela delimitação de fronteiras estaduais com base em fatores linguísticos, de modo que os negócios estaduais pudessem ser conduzidos nos dialetos regionais (Laitin 1989: 418). Dessa maneira, para que Goa se tornasse um estado da União Indiana, deveria ter sua própria língua. Se adotasse o marata, seria integrada pelo estado do Maharashtra, cuja unidade cultural e identitária se dá pela língua marata. Na eleição de dezembro de 1963, vence o MGP e o partido se mantém no poder até 1979.

Muito embora as visões a respeito da identidade cultural e linguística do MGP afirmem que o concani seria “uma não-língua, um mero dialeto do marata” (Trichur 2013: 93), quando acontece o *Opinion Poll*, um referendo popular que visa decidir se Goa deve ser anexada ao estado de Maharashtra ou continuar sendo um estado autônomo, a população goesa elege a segunda opção. Apenas em 1986, a lei da língua oficial de Goa, Damão e Diu é apresentada e, em 1987 é aprovada, assim, o concani passa a ser a língua oficial do estado de Goa.

Diferentemente do inglês que ainda é, junto ao hindi, uma das línguas oficiais da burocracia governamental indiana, tendo seu uso permitido pelo artigo 3º da *Official Languages Act* de 1963, o português, na atualidade, já não é cotidianamente usado pelos goeses, mas esteve ali presente por 450 anos.

A parte mais expressiva dos acervos em língua portuguesa de Goa pode ser encontrada nas seguintes instituições: a antiga Torre do Tombo de Goa, hoje, Arquivo Histórico de Goa; a Biblioteca Central de Goa, Krishnadas Shama; a biblioteca do Seminário de Rachol; a Biblioteca do Xavier Centre of Historical Research; a biblioteca da Universidade de Goa, onde se encontram as importantes coleções de Panduronga Pissurlencar e de Nuno Gonsalves. Há, ainda, os acervos privados de famílias da elite goesa como os dos Menezes Bragança ou de Percival de Noronha. Algumas famílias tiveram sucesso em preservar coleções inteiras de periódicos, como a de Álvaro da Costa, de Margão, que publicou o *Diário de Goa* (1952-1966), ou a família Veiga Coutinho, do período *A Vida* (1938-1966), também de Margão.

No que concerne à presença da literatura goesa de língua portuguesa nesses acervos, notemos que grande parte das obras foram publicadas em periódicos e muitas continuam a permanecer apenas ali. Outras foram recolhidas e publicadas na forma de livro; outras apenas na forma de livros. Ainda assim, são edições de difícil

acesso, pois quase todas foram apenas publicadas em Goa e tiveram uma única edição. Em alguns casos é possível encontrá-las em acervos portugueses, muito raramente em formato digital.

No que diz respeito mais especificamente à história literária, é fundamental assinalar que importantes iniciativas já foram levadas a cabo para sistematizá-la. Os trabalhos de caráter mais abrangente de historicização dessa literatura são: *Literatura indo-portuguesa: figuras e factos* (1926), de Vicente de Bragança Cunha; *India in Portuguese Literature* (1937), onde há um capítulo sobre a literatura de Goa, de Ethel M. Pope; *Esboço da história da literatura indo-portuguesa* (1963), de Filinto Cristo Dias; *A literatura indo-portuguesa* (1971), de Vimala Devi e Manuel de Seabra; *Goan literature in portuguese language* (1976), de Lourdino A. Rodrigues; *Literatura indo-portuguesa nos séculos XIX e XX* (1995), de Eufemiano de Jesus Miranda; *Dicionário de literatura goesa* (1997), de Aleixo Manuel da Costa; *Literatura goesa em português nos séculos XIX e XX: perspectivas pós-coloniais e revisão crítica* (2012), de Joana Passos. A tese de doutorado de Daniela Spina, *Goa e as dobras da história literária em língua portuguesa: o como e o porquê*, de 2020, aborda três obras citadas aqui (a de Vicente de Bragança Cunha, de Filinto Cristo Dias e de Vimala Devi e Manuel de Seabra), visando discutir o que é incluído e excluído dessa formação do que seria um “cânone” literário goês, levando em consideração a relação que têm com as problemáticas goesas de identidade cultural e linguística. Para além desses trabalhos, muitos outros foram realizados tratando pontualmente dessa literatura, promovidos pelo Grupo de Pesquisa Pensando Goa (<https://goa.fflch.usp.br/>), ao qual pertencem os autores deste texto.

É importante salientar que, no título das obras que elencamos, existe historicamente mais de uma maneira de caracterizar a literatura produzida em Goa em língua portuguesa: literatura indo-portuguesa, literatura portuguesa na Índia e literatura goesa em língua portuguesa. Já discutimos, em parceria com Paul Melo e Castro (Garmes & Castro 2019), a questão da terminologia utilizada para designar a produção textual goesa. Tradicionalmente, esses textos foram caracterizados como indo-portugueses a fim de expressar as relações entre Portugal e Índia estabelecidas desde o século XVI. Entretanto, no contexto da crítica pós-colonial, tal adjetivação torna-se insustentável. Goa nunca foi “um enclave transplantado de Portugal”, mas uma sociedade essencialmente indiana submetida por 450 anos ao colonialismo português.

Tendo esse contexto em vista, também se torna insustentável afirmar que a literatura produzida em português em Goa deva ser classificada como parte da “literatura portuguesa”. Compreende-se que essa delimitação seja apropriada se quisermos discutir o que foi elaborado por Luís de Camões (século XVI) e Bocage (século XVIII) quando viveram em Goa, por exemplo, porque são textos canônicos da tradição portuguesa, que abordam temas relativos àquela sociedade, diferentemente

daqueles desenvolvidos por autores goeses, cujos textos podem ser compreendidos em sua plenitude apenas se analisados em relação à lógica interna da sociedade e da intelectualidade goesas. Ademais, ao subordinar a escrita literária goesa somente à tradição portuguesa, corremos o risco de conceder-lhe um valor exótico ou orientalista, algo que pouco ou nada tem a ver com as motivações que impulsionaram os autores e autoras goesas a escrever suas obras.

Levando isso em consideração e buscando evitar a subordinação desse *corpus* textual a uma hierarquia literária europeizante, sugerimos a adoção da expressão “literatura goesa em língua portuguesa” ou “literatura goesa em português”, como faz Joana Passos, buscando, na medida do possível, a “neutralidade descritiva” e, conseqüentemente, distanciando-se de perspectivas colonialistas, além de evidenciar suas conexões com as outras literaturas em língua portuguesa. Importa enfatizar que essa perspectiva visa a valorizar a tradição literária goesa em sua relação com a lógica interna daquela sociedade, sem perder de vista suas relações com outras literaturas e com a mundialização socioeconômica do capitalismo, que teve início justamente com o expansionismo europeu do século XVI, quando os portugueses chegaram em Goa.

Importa assinalar, todavia, que, se a literatura goesa de língua portuguesa é uma tradição dentro da pluralidade de literaturas em português e é aí que ganha prominência, continua a ocupar uma posição marginal dentro do macrossistema literário de língua portuguesa (Abdala Junior 2000), visto que não ganhou o estatuto de literatura nacional. Além disso, apresenta-se como uma literatura praticamente extinta, uma vez que o português deixou paulatinamente de ser utilizado correntemente pelos goeses a partir da década de 1960. Ainda assim, é nesse contexto que faz maior sentido, sem prejuízo de sua dimensão mundializada, tendo em vista suas conexões com outras tradições literárias, linguísticas e culturais, sobretudo indianas e europeias.

Ocidentalização e orientalização

Cientes da complexidade de se empregar noções como Ocidente e Oriente após a problematização a que tais noções foram submetidas pelo seminal texto de Edward W. Said, *Orientalism* (1978), aqui são tomadas em seu conjunto de estereótipos, mas também em suas práticas objetivas, relacionadas grosso modo aos modos de vida asiático e europeu, não perder de vista suas implicações ideológicas.

A ocidentalização e orientalização de Goa perpassa a constituição da sua sociedade e, portanto, dos temas abordados por sua literatura. Se a educação religiosa da igreja e, posteriormente, a Inquisição em Goa nos séculos XVI e XVII, por meio da opressão e da violência, promoveram a parcial cristianização dos hindus, como nos demonstra Célia Tavares (2004), houve também o movimento contrário, a hinduização dos cristãos que ali aportaram, se considerarmos os costumes da aqui já referida “casta” de descendentes em Goa, para ficar apenas em um exemplo. Evidentemente,

não foi um processo cultural paritário, tendo em vistas a relação de forças entre colonizadores e colonizados, mas aponta para uma sociedade que precisou negociar costumes e valores, muitas vezes de forma violenta. Essa negociação também se deu no âmbito linguístico e textual, sobretudo nos campos da tradução e da literatura, tendo em vista que Goa, já antes da presença portuguesa, se caracterizava por ser uma sociedade plurilíngue.

Afora os hábitos religiosos, no campo da cultura são muito fortes os hábitos e costumes indianos nas características culturais dos diferentes grupos sociais goeses, haja vista as tradições consideradas tipicamente goesas, todas marcadas fortemente por características da cultura indiana, quer na alimentação, quer nas relações familiares e pessoais, quer nas relações de trabalho. Ao observar essas tradições, o antropólogo Robert Newman (2001) afirma que Goa foi sempre uma sociedade indiana e majoritariamente hindu, sendo o cristianismo um episódio histórico pontual naquela região, que, contudo, deixou suas marcas culturais e na paisagem goesa.

Durante grande parte dos séculos XIX e XX, os goeses cultivaram essa imagem de uma cultura bipartida entre essas duas tradições e isso alimentou fortemente sua produção literária, como é o caso do poema de Vimala Devi (Teresa da Piedade de Baptista Almeida):

Goa

Na madrugada de lágrimas e esperança,
Teu pranto é o meu.

De ti me vem um apelo
Dolorido e ancestral.

No meu pensamento serás sempre
O eterno sonho luso
- Comunhão de mosteiros e pagodes.

O Súrria divino
Esconde-se tímido
Cobrindo de luto
Teus rios e prados!
Calam-se murdangas e batuques;
Mandós são lamentos
Do folclore em agonia...

Teu brado de protesto,
Com eco abafado,
Guardarei no sorriso
Que me deste em criança,
E a tua expressão de liar
Na noite de amor mais fundo
Será o meu único enlevo
No sonho da noite imensa.

Envolta em odor de sândalo,
Serei a voz da consciência:
A voz de dois mundos!
(Vimala Devi 1962: 27)

Observa-se no poema que a cisão do sujeito colonizado é aqui tomada na chave saudosista e dentro de uma perspectiva marcada pelo lusotropicalismo de Gilberto Freyre, que, na década de 1950 passou a fazer parte da ideologia de Estado da ditadura salazarista (Castelo 2020). Embora Vimala Devi não demonstre apoio ao Estado Novo, estava convencida da possibilidade de convivência harmoniosa entre colonizador e colonizado, o que revela sua posição de classe e de casta: brãmene e classe média. Ainda assim, resguarda-se seu forte humanitarismo, uma vez que denuncia, em seus trabalhos literários, a exploração colonial e capitalista.

Desde o início do século XX passou-se a ler a cisão do sujeito colonizado numa chave crítica que passa por Franz Fanon, Edward W. Said, Homi Bhabha, Gayatri Spivak, Dipesh Chakrabarty, Chinua Achebe, Ngũgĩ wa Thiong’o, dentre outros. Em Goa, um dos primeiros textos que discutem essa cisão literariamente é o romance *Jacob de Dulce: cenas da vida indiana* (1896), de Francisco João da Costa (1859-1900).

Além disso, outros temas discutidos na literatura goesa em língua portuguesa estão ligados intimamente a problemas que guardam diversas particularidades naquela sociedade, por exemplo, os casamentos e dotes, a questão das castas, os mitos e tradições do catolicismo, os mitos e tradições do hinduísmo, a miséria da população, a riqueza das elites, a exploração do trabalho e as disputas familiares.

Outro fator que distingue essa produção literária europeia é a construção das personagens, baseada também na conformação social goesa. Assim, vemos retratadas personagens relacionadas à agricultura e à terra, como os batcares, elite proprietária de terras; os manducares, indivíduos que trabalham nessa terra em troca de abrigo e parte da produção; os curumbins, a palavra portuguesa para traduzir do concani os grupos que primeiro ocuparam Goa, católicos ou hindus, tratados como tribais. Outras figuras, de caráter mais urbano, também são representadas, como padres, advogados provisionários, conselheiros, médicos, mulheres solteiras, sogras, homens

autoritários, bêbados, africanistas, rebeldes, além de personagens mítico-religiosos das tradições hindu e cristã entre outros. Seja em romances, contos ou na poesia, esses personagens estão geralmente envolvidos em tensões tipicamente goesas.

O plurilinguismo goês

Antes da chegada dos portugueses, falava-se em Goa as seguintes línguas: concanim, marata, persa, árabe (depois urdu, oriunda da mescla de árabe com hindi), assim como outras línguas indianas. Em consonância com os linguistas Suresh Canagarajah e Hina Ashraf (2013), Cielo Festino (2018) observa que, enquanto, em Goa, o multilinguismo aborda as diferentes línguas empregadas por uma comunidade como sistemas autônomos, o plurilinguismo as toma em suas intersecções, legitimando o hibridismo gramatical e as práticas comunicativas derivadas daquela convivência.

Ao tomarmos o espaço goês a partir desta última concepção, as três línguas mais empregadas em Goa durante o período colonial lusitano - o concanim (hegemônico no campo da língua falada), o marata (hegemônica como língua escrita entre os hindus goeses) e o português (língua oficial da colônia) - mesclaram-se em diversos níveis, ganhando características peculiares.

No caso do português em sua forma escrita, foco deste trabalho, não houve muito interesse por parte dos goeses de transcrever as interações linguísticas que se davam no nível da fala, mesmo na literatura, como já observaram Vimala Devi e Manuel de Seabra (1971), sendo empregado um registro escrito da língua portuguesa o mais próximo possível do português da metrópole. Todavia, ainda assim, no campo literário, há marcas da identidade goesa, isto é, da goanidade desses textos, que se revelam mais evidentemente no vocabulário, uma vez que muitos textos trazem um vocabulário indo-português, como *batcar* ou *batcará* (proprietário de terras), *manducar* (espécie de meeiro do palmar, rendeiro, geralmente em condições bastante precarizadas), *potecar* (cobradores de renda), *macadão* (capataz, administrador do palmar), *curumbim* (lavrador de estrato social desvalorizado), *gumate* ou *gumata*, (batuque), dentre muitas outras, palavras geralmente oriundas do concanim. Em alguns textos literários, aparecem transcrições de falas que colocam em cena a mescla entre português e concanim.

Francisco João da Costa (conhecido apenas como Gip) foi um escritor goês católico de família indiana convertida ao catolicismo, de ascendência brãmãne, que escreveu o já referido romance *Jacó e Dulce - cenas da vida indiana*. Logo no primeiro capítulo da obra, coloca em cena o plurilinguismo goês, ao empregar o concanim em meio ao português na cena em que a mãe de Jacó, D. Especiosa, conversa com a filha Florinda e com professor particular do jovem, que, por sua vez, ainda não se apresentou para a aula:

[...] Ó Florinda!... Florinda!... Vá chamar o mano Jacó, que está na casa de jantar aprendendo a sua lição... E você está aí a passear com pés descalços? Tola mesmo! ralhou a mãe.

- Não, mamã, mano Jacó está *na* quintal, sobre... sobre *durig* [muro, em concanim]

- Muro! emendou o mestre.

- Muro, repetiu a pequena; está *matando* [do concanim “marunc” = atirar ou matar] pedras sobre gentios [forma pejorativa de se referir aos hindus].

- Por que foi ele aí?

- Eu sei? Ele sempre vai ali... atrás de galinha.

- Também estas galinhas são um desespero, sr. Professor, - interrompeu D. Especiosa - inquietam o rapaz nos seus estudos, vindo até à casa de jantar.

- Não, senhor mestre dá a ele sempre *bem caçada* [no indo-português coloquial “dar caçada” significa “bater”], porque rasga livros e não aprende.

- Cale-se aí! rugiu Especiosa.

- Dele livros estão *na* balcão.

- No balcão, corrigiu o mestre. (Costa 1974: 4)

No aprendizado linguístico de Florinda, mesclam-se o português e o concanim, evidenciando-se o emprego do hibridismo sintático e vocabular e as práticas comunicativas derivadas da convivência plurilinguística, encenada na chave da correção normativa do português, mas sem que isso seja feito de forma integralmente eficaz, o que sugere a incorporação de uma língua pela outra em meio às classes sem acesso à educação formal. Importa salientar que, inversamente, o concanim de Goa é marcado pelo vocabulário e influência gramaticais do português.

Após ter sido introduzida em Goa, a língua portuguesa falada jamais conseguiu alcançar supremacia no âmbito da vida cotidiana dos goeses, mas esteve muito presente no âmbito das escolas, da administração pública, da imprensa periódica, da igreja católica, dentre outros espaços sociais, sobretudo aqueles relacionados às elites coloniais. No âmbito da língua escrita, no entanto, ao menos durante quatro séculos e meio, houve uma forte hegemonia do português.

Essa hegemonia no campo da escrita foi substituída, após o fim do colonialismo, em 1961, por aquela da língua inglesa e não da língua marata ou do concanim, como se poderia supor. Está última língua só aos poucos foi ganhando prestígio no âmbito da escrita, prestígio que hoje se encontra integralmente consolidado.

Como já observado, após a integração de Goa ao estado da Índia em 1961, houve um intenso debate acerca de qual seria o estatuto daquele território: se iria ser um estado autônomo dentro da república indiana ou se seria integrado ao estado de Maharashtra, cuja capital é Mumbai (antiga Bombaim) e cuja língua oficial é o marata, realizando-se em 1967 o referido *Opinion Poll*. Laxmanrao Sardesai (1904-1986), um renomado escritor goês hindu, que escreveu em concanim, marata e português, assim diz no poema “A nossa Deusa”, de 1965, em meio a esse debate:

Então ouvia se “Aqui Portugal”!
Agora está em voga “Aqui Maharashtra!”
Então eram nossos heróis
Albuquerque e Gama,
Agora são Shivaji e Tamaji!
Então o português era a nossa língua materna,
Agora é o marata.
Então a nossa história
Começava com Henriques,
Agora com Shivaji,
Então para ser funcionário
Era essencial o português,
Agora, indispensável o marata.
Então salamaleques aos portugueses,
Agora aos maharashtrianos.
Então a pátria era Portugal,
Agora o glorioso Maharashtra
Mudados só apenas os nomes,
O espírito permanece o mesmo!
Escravidão! Escravidão! Escravidão!
É a deusa que adoramos!
A liberdade? Não! Não!
Confiaremos o destino
As mãos do tirano!
Porque só na tirania medra a nossa personalidade
Rica, variada e tudo o mais
Mas tem no seu fundo
A cor da escravidão!
Glória, pois, à escravidão
Que é a nossa vida
E a nossa consolação!
(Sardesai 2019: 182-183)

Em versos livres e de forma irônica, Sardesai rejeita a subordinação dos goeses ao colonialismo português e à língua portuguesa, assim como também rejeita, na altura da publicação do poema, a subordinação dos goeses ao estado indiano de Maharashtra e à língua marata, ficando subentendido que não só Goa deveria ser um estado autônomo, mas também que o concanin deveria ser a língua oficial do estado indiano de Goa.

O embate linguístico encenado no poema entre as línguas portuguesa, marata e concanin (implícito no texto), revelam o quanto essa convivência podia ganhar

fortes dimensões políticas e resultar em duros enfrentamentos, como também podia fazer parte de uma convivência plurilíngue pacífica. O certo é que sempre há alguma colaboração e interação espontâneas, mas também alguma disputa por espaço e hegemonia em meio à convivência pluringuística.

A literatura goesa de língua portuguesa no mundo

A ideia de literatura mundializada passou a ser bastante debatida na atualidade. Assim Franco Moretti se refere ao momento oitocentista dessa discussão no seu seminal texto “Conjecturas sobre a literatura mundial”, publicado originalmente no ano 2000, na *New Left Review*.

“Hoje em dia, a literatura nacional não significa muita coisa: a era da literatura mundial está começando, e todos devem contribuir para abreviar o seu advento.” Isso foi Goethe, claro, conversando com Eckermann em 1827; e estes são Marx e Engels, vinte anos mais tarde, em 1848: “A unilateralidade e a obtusidade ficam cada vez mais improváveis, e das muitas literaturas nacionais e locais emerge uma literatura mundial”. *Weltliteratur*: isso é o que Goethe e Marx têm em mente. (Moretti 2000: 174)

A discussão de Moretti envereda para a literatura comparada e para o confronto entre os métodos do *close reading* e do *distant reading* na escrita da história literária, este último termo por ele cunhado em que a análise literária dos textos é realizada por apropriação da crítica realizada historicamente por outros críticos e não diretamente pelo crítico-historiador, vendo aí um método eficaz para elaborar a escrita dessa história literária mundializada.

Em continuidade às reflexões de Moretti, o Warwick Research Collective propõe a expressão “literatura-mundial”, assim com hífen, para sua definição:

[...] é apenas a partir do “longo” século XIX, e portanto como resultado direto dos colonialismo britânico e europeu, que podemos falar da *capitalização* do mundo e da completa mundialização do capital. A literatura-mundial, como pretendemos empregar esse conceito, seria então presumidamente entendido como um desenvolvimento dos últimos 200 anos, embora suas condições formais de possibilidade também supostamente tenham começado a se estabelecer cerca de três séculos antes. (Warwick Research Collective 2020: 41)

De nossa perspectiva, é essencial considerar a relação entre mundialização do capital e mundialização da literatura, como faz o referido coletivo, ainda que críticas relativas à permanência de um eurocentrismo na seleção de escritores e críticos por eles estudados nos pareça pertinente (Mata 2023; Fazzini 2023).

No âmbito das literaturas de língua portuguesa, a constituição de um cânone literário nacional para as ex-colônias passou a ser uma realidade e hoje podemos falar em literatura angolana, literatura moçambicana, literatura timorense sem qualquer receio, designações que não eram legitimadas no período colonial.

Embora a literatura goesa nunca se tenha constituído como uma literatura nacional nem por isso deixou de dialogar com o campo literário em escala mundial, que pode ser pensado na perspectiva marxista, como faz o Warwick Research Collective, ao valorizar a relação entre a expansão do capitalismo e a forma literária, buscando aqueles autores que conseguem configurar em suas obras essa dimensão mais totalizante da realidade, ou os que concebem essa mundialização literária como “geografias significativas”, tomadas como “as conceituais, imaginativas e reais geografias que textos, autores e comunidades linguísticas habitam, produzem e alcançam” (Laachir; Marzagora; Orsini 2018). Ou ainda da perspectiva daqueles que, ao rejeitarem consciente ou inconscientemente essa mundialização, desqualificam-na e se prendem a formas tradicionais locais, procurando preservá-las e revalorizá-las, ainda que fadados ao fracasso.

Como exemplo de procedimentos que podem ser tomados a partir de uma ou mais dessas perspectivas, podemos citar o caso de três romances oitocentistas, *O escravo* (1856), de José Evaristo de Almeida, *O guaraní* (1857), de José de Alencar, e *Os brahmanes* (1866), de Francisco Luís Gomes, que, de formas diferentes, apresentam a mestiçagem como solução para o conflito colonial em Cabo Verde, no Brasil e na Índia, respectivamente. A referida “coincidência” no desfecho dessas narrativas em relação ao conflito colonial leva a refletir acerca da centralidade da ideologia de assimilação presente na expansão do capitalismo mundial, mas também da peculiar forma que ganhou no mundo de língua portuguesa, ao colocar a positivação da miscigenação no centro da sua estratégia, na busca de afirmar que, no caso da colonização portuguesa, não haveria racismo, o que acabou por ser glosado no século XX pelo lusotropicalismo freyriano. O liberalismo político e econômico ganhou uma dimensão ideológica bastante peculiar no mundo de língua portuguesa, o que não ocorreu em outros empreendimentos coloniais nacionais.

Um segundo exemplo diz respeito à circulação da literatura goesa de língua portuguesa. O romance *Os brahmanes*, por exemplo, originalmente publicado na *Gazeta de Portugal* em 1866, teve já o ano seguinte uma nova edição na forma de folhetim no *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*, assim como uma resenha crítica de autoria do escritor brasileiro Visconde de Taunay feita ao já referido romance *Jacob e Dulce - cenas da vida indiana*, de Francisco Luís Gomes, foi publicada na *Revista Brasileira*, em 1897, o que muito contrariou Gomes. Suas ressalvas à crítica de Taunay foram rebatidas, mas não sabemos se chegaram ao conhecimento do escritor brasileiro, que morreu já em 1899. Esse diálogo interrompido, assim como a presença do romance *Os brahmanes* na imprensa carioca revelam uma interação da literatura goesa com

leitores portugueses e brasileiros que ainda está para ser devidamente explorada, mas aponta para uma geografia real dessas obras. Vale notar que *Os brahmanes* também participa da literatura indiana, sendo considerado naquela tradição literária, por alguns historiadores, como um dos primeiros romances indianos.

Numa outra frente, o escritor indiano Rabindranath Tagore (1861-1941), Prêmio Nobel de Literatura em 1913, torna-se referência incontornável para grande parte dos escritores goeses, assim como os valores do chamado Renascimento Bengalês, cuja origem mais remota se encontra no Raja Ram Mohan Roy (1772-1833), que visava modernizar a Índia, preservando sua identidade cultural. Esta e outras referências canônicas indianas presentes na literatura goesa a distanciam em algum nível das referências europeias, ainda que, no caso de Tagore, sua consagração como Prêmio Nobel atesta sua inserção naquele cânone. De todo modo, a mundialização da literatura goesa abrange um mapa diversificado, que vai da literatura clássica hindu à greco-romana, passando por todo cânone europeu, latino e norte-americano.

Um último exemplo das relações mundializadas da literatura goesa de língua portuguesa pode ser dado a partir das goesas Propércia Correia Afonso de Figueiredo⁶ e Maria Ermelinda dos Stuarts Gomes,⁷ duas professoras e intelectuais da elite católica goesa que participaram de uma rede de sociabilidade feminista que se estendeu até Portugal e Brasil. Seus ensaios dão continuidade às demandas do feminismo civilizatório⁸ europeu que vinham sendo debatidas e exigidas desde o século XVIII, como o direito à educação, à participação no mundo do trabalho e ao exercício da atividade política. Ao mesmo tempo, tanto Figueiredo quanto Gomes incluem demandas locais, como o resgate da posição social da mulher dentro da história da Índia que, segundo as autoras, nem sempre foi de subordinação e privação, sobretudo durante a era de ouro da cultura hindu, botando por terra o mito de que os povos colonizados seriam incivilizados, justamente porque as mulheres nas sociedades antigas tinham posição de destaque, o que não acontecia no continente europeu. Além disso, combatiam os casamentos infantis, que viam como uma prática adotada a partir de uma era decadente do hinduísmo, assim como o *sati*,⁹ autoimolação da viúva na pira do marido falecido.

Em *Mulheres em movimento: feminismo em Goa, Brasil e Portugal na primeira metade do século XX* (Madeira 2021), discutimos a produção textual dessas duas autoras goesas em comparação às obras da brasileira Maria Lacerda de Moura (1887-1945) e da portuguesa Ana de Castro Osório (1872-1935), destacando como os seus projetos locais de feminismo, expressos em seus textos, se articularam com a luta internacional das mulheres por direitos na primeira metade do século XX. Em conjunto com a análise de seus textos, investigamos como uma rede de sociabilidade entre essas quatro autoras foi tecida por meio da troca de correspondências e da imprensa periódica de língua portuguesa, uma vez que as ideias de Figueiredo e Gomes são publicadas em Portugal e no Brasil, chegando até mesmo a receber prêmios.¹⁰

O poema “Nirvana” de Paulino Dias

Como um exemplo dessa diversidade de referências literárias dos escritores goeses de língua portuguesa, tomaremos aqui o poema *Nirvana*, de Paulino Dias (1974-1919), assinalando relações com o contexto local de Goa, essencial para o entendimento do diálogo histórico mais imediato dessa produção com as literaturas de língua portuguesa e com as literaturas locais e nacionais em outras línguas.

Nirvana é um longo poema dramático,¹¹ composto, segundo Duarte Drumond Braga (2019), entre 1914 e 1919, esta última a data da morte do autor, sendo, portanto uma obra de maturidade. Braga assim sintetiza o poema: “O drama apresenta o longo périplo do *enfant du siècle* Nemo (Ninguém), poeta fatal de linguagem baudelairiana que, num percurso de auto-gnose, vai se envolvendo em diálogos com uma série de personagens” (Braga, in Dias 2019, v. 2: 73). Os referidos diálogos se dão com figuras alegóricas, como A Águia, a Vox in Deserto, o Mocho, a Voz Immunda, ou com figuras históricas ou fantasiosas. Entre as figuras históricas, temos Cleópatra, Carlos V, Leonor Teles, Marx, Nietzsche. Nemo é conduzido pelo Dr. X, que tem o poder de cavalgar no tempo, e percorre a história desde o Egito até a Primeira Guerra Mundial, concluindo com Grande Revolução sangrenta, que gera o caos, acaba por se revelar enganosa, reestabelecendo a velha ordem e a miséria. Uma perspectiva utópica surge com a cidade chamada Eutanásia, na qual a ciência iria trazer a harmonia social. Nemo recusa também essa solução como enganadora, retornando à sua velha e pacata aldeia goesa. Para fazer todo esse percurso, o poeta agencia diversas formas literárias e produz imensa polissemia.

Como já referido, no âmbito dos costumes goeses houve uma mescla entre hinduísmo e cristianismo no campo das práticas sociais, como o das castas, do casamento, das relações de trabalho e de todas as suas implicações. No campo da cultura letrada, segundo Sandra Ataíde Lobo (2013), a prova mais evidente dessa aproximação entre elites cristãs e hindus são periódicos goeses como *Luz do Oriente* (1907-1920), *Pracasha* (1928-1937), *Revista Académica* (1932-1933) ou *O Acadêmico* (1940-1943), assim como o *Anglo-Lusitano*, o *Goan World* e outros periódicos de Bombaim, onde vivia uma sólida comunidade católica e muitos goeses.

No início do século XX, escritores cristãos passam a adotar nomes hindus, como é o caso de Paulino Dias, que cria o pseudônimo Priti Das (escravo do amor) ou o de Antônio do Nascimento Mendonça, a assina com o pseudônimo de Nitipal Muni, ou ainda Teresa da Piedade de Baptista Almeida, que assinava como Vimala Devi (deusa da pureza).

Robert Newman, citando Antônio de Noronha (1923), observa:

A implantação da república portuguesa em 1910 liberou os hindus de Goa de séculos de discriminação e repressão. Imediatamente, ingressaram em massa em escolas, integraram-se a associações, fundaram jornais, criaram bibliotecas e começaram a

assumir um papel ativo na vida pública - como professores, vogais dos concelhos de governo e funcionários administrativos (Newman 2016: 19)

Houve, portanto, um evidente esforço de uma parcela dos escritores goeses em se aproximar e afirmar publicamente suas raízes indianas, o que ficou conhecido na história da literatura goesa como “indianismo goês”, em analogia ao que ocorrera na literatura brasileira, no período do Romantismo, no qual a figura do indígena foi escolhida como símbolo das matrizes nacionais brasileiras, mas dentro de um outro contexto e a partir de outras motivações, como observa Joana Passos:

Este movimento indianista, de recuperação, promoção e enaltecimento de tradições indianas aparece tendencialmente em articulação com a consciência política que a viragem do século trouxe a Goa, não só pela transição em Portugal de uma monarquia para a República (o que implicou um momento de abertura a princípios mais democráticos e à noção dos direitos de cidadania, conquistas institucionais que se perderiam com o Estado Novo), mas também pelo impacto do movimento de luta pela independência na Índia inglesa, que obviamente teve influência neste renovado interesse pelo lado indiano da identidade goesa, parte integrante de uma civilização milenar, com os seus próprios deuses, a sua história e os seus valores. (Passos 2012: 136-137)

Associando, portanto, as ideias de recuperação de uma tradição milenar asiática, especialmente hindu, e da afirmação de maior autonomia, o poema traz já no início de seu longo “Avant-propos”, as seguintes estrofes:

Hão de ir em vão heróis com os pés triunfantes
buscar os Velos de Oiro, ardentes claridades,
- imprevistos *durbars*¹² nas tardes de turbantes! -
Pô-lhes-hão inscrições os séculos distantes,
hão de erguê-los no altar novas humanidades.

Cristo, Buda, Platão, Tolstoi, Lutero, Zola,
nomes de sangue e Ideal, couraçados de glória,
cheia de sol vermelho a sua grandeza rola
- troféu de oiro volvido em imortal corola -
nomes vastos de heróis são o orgulho da História.

Mas quem sabe que é ainda a Negação raivosa...
Quem deteve na sombra o passo da Canalha.
Quem segurou co'as mãos a asa desastrosa
Risca inda Robespierre a noite venenosa

e Bakunine marca o dia da batalha.

Cai sobre cinzas de oiro o sentimento alto,
fervem revoluções no macadam da rua;
a Terra é um navio em doido sobressalto,
a alma está de pé em cima dum planalto
buscando no horizonte uma curva da lua.
(Dias 2019, v. I: 272-273)

As mesclas de referências que mescla cronologicamente Buda, Platão, Cristo, Lutero, Robespierre, Tolstói, Zola e Bakunine faz entrever um conjunto de figuras revolucionárias, que reafirmam antigos valores e fundam novas tradições. Segundo Braga (2019), o poema traz consigo múltiplos sentidos, entre os quais destaca: o vetor materialista e irreligioso; o sentimento socialista e anarquista, que valoriza a sublevação dos oprimidos; a demanda metafísica de um budismo à europeia, pessimista e niilista; a afirmação da modernidade europeia e ocidental; o sentido nacionalista indiano e a valorização cultural de Goa.

Assim sintetizado, podemos vislumbrar em *Nirvana* vários níveis de leitura que interagem com a mundialização da literatura. Naturalmente não temos neste poema um exemplo de “literatura de comunidade”, ainda que as únicas referências à paisagem e à realidade remetam a Goa, sendo a aldeia goesa o ponto de partida e de chegada do eu lírico. Como diz Braga, o poema acaba por se radicar na cultura goesa, afirmando, assim, a legitimidade de seu lugar de enunciação em escala mundial. É, portanto, uma forma de legitimação de um *locus* literário, no caso, a então colônia portuguesa de Goa. Funciona como uma estratégia de atribuir estatuto literário a Goa em escala mundial.

No âmbito das literaturas de língua portuguesa, Braga observa que o poema estabelece um diálogo formal muito evidente com a dicção poética do poeta português Guerra Junqueiro, mas também com aquela do poeta brasileiro Sousândrade. Olha, sobretudo, para a literatura do século XIX e enquadra o poema entre dois escritores muito distintos, mas que, formal e conceitualmente, conectam-se com Paulino Dias.

Nas relações com literaturas em outras línguas, o poema também dialoga de forma bastante evidente com a história e a tradição europeia e das Américas em geral, assim como com a asiática, em especial com a indiana. De todas essas, é certamente o nacionalismo hindu fortemente presente na literatura indiana da época o elemento que emerge com mais força, ressaltado por Braga.

No que concerne ao contexto mundial, evidentemente o poeta ecoa em seus versos a violência da Primeira Guerra Mundial e revela uma perspectiva bastante cética em relação aos resultados da revolução comunista de 1917. Seu ceticismo pode ler lido como uma reação desesperançosa em relação à sedimentação do sistema-

mundial capitalista, que a reação comunista não dava conta de combater.

A forma desse poema dramático mescla toda sorte de métricas, figuras de linguagem, assim como de referências culturais, políticas, filosóficas, sociais, tomando por tema o destino da humanidade, para sugerir que esse destino só pode ser encontrado em um novo paradigma social. Nega, na sua forma-conteúdo os princípios que regem o capitalismo: o egocentrismo, o argentarismo, o pragmatismo, o consumismo, em favor da solidariedade, do desapego, do humanitarismo, da simplicidade, buscando seus fundamentos sobretudo na tradição asiática.

Vozes minoritárias e meritórias

Portanto, entendemos que pensar a literatura goesa nesses diversos contextos é não só valorizar a um só tempo sua particularização e sua mundialização, mas também assumir uma postura prospectiva, quer no entendimento de sua história, quer na sua recepção no presente, ao trazer para a cena literária e crítica os posicionamentos e procedimentos inusitados e originais dessa literatura, assim como um novo paradigma cultural e político para se pensar, sobretudo, as literaturas em português.

A literatura goesa de língua portuguesa cumpriu seu papel junto à sociedade que a gerou na altura em que foi concebida, mas certamente ainda continua tendo muito a dizer acerca da escrita literária e de seu lugar e função na sociedade. Extremamente periférica, resta saber se conseguirá manter-se viva em meio às literaturas de língua portuguesa e em meio à literatura mundial. Temos ciência que possui repertório, diversidade e qualidade para tanto, mas sabemos que nem sempre isso basta para que uma literatura permaneça viva. É também preciso vontade política de fazer valer as vozes literárias minoritárias, na certeza de que ali habita sempre uma manifestação e um entendimento da literatura e do mundo bastante peculiares, cujo potencial é invariavelmente, *a priori*, imensurável e imprevisível.

Notas

* Helder Garmes possui mestrado em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas e é doutor em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo, tendo realizado estágios pós-doutorais na École des Hautes Études en Sciences Sociales (2005), no College of Humanities da Ohio State University (2009), na University of Leeds (2016) e na Universidade do Porto (2023). Atualmente é professor titular da Universidade de São Paulo, atuando especialmente nas áreas de literatura portuguesa, estudos comparados de literaturas de língua portuguesa e história da literatura. Tem por foco dois núcleos de pesquisa: um voltado para a obra de Eça de Queirós; outro voltado para a literatura de língua portuguesa de Goa e de outras ex-colônias portuguesas na Ásia. Desde 2003, coordena, ao lado de Daiane Cristina Pereira, o Grupo Eça, registrado no CNPq-Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Coordenou de 2015 a 2020 o Projeto Temático Pensando Goa, financiando pela FAPESP-Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que deu origem ao Grupo de Estudos Pensando Goa, também com registro no CNPq. É membro do Grupo Internacional de Estudos da Imprensa Periódica Colonial do Império Português (GIEIPC-IP), sediado no CHAM-Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa. É autor do livro *Romantismo Paulista* (2006), organizador do volume *Oriente, Engenho e Arte* (2004), coorganizador de *Literatura Portuguesa: história, memória e perspectivas* (2007), de três dossiês sobre literatura e cultura em Goa da revista *Via Atlântica* (2011, 2016 e 2019), dentre diversos outros artigos, capítulos de livros e organizações de livros e dossiês.

** Viviane Souza Madeira é mestre e doutora em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Realizou estágio de Doutorado Sanduíche no Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, financiada pela CAPES-Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, entre 2019 e 2020. É bacharel em Letras Português-Inglês também pela Universidade de São Paulo (USP), exercendo a profissão de tradutora. Durante o mestrado, desenvolveu pesquisa acerca da representação da comunidade goesa em romances de língua portuguesa e inglesa e, no doutorado, pesquisa acerca da reivindicação dos direitos da mulher na literatura de autoria feminina no Brasil, em Portugal e em Goa na virada do século XIX para o século XX. É pesquisadora associada ao Grupo de Pesquisa Pensando Goa, sediado na USP e registrado no CNPq-Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, assim como do Grupo de Pesquisa Grupo Internacional de Estudos da Imprensa Periódica Colonial do Império Português (GIEIPC-IP), sediado no Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa. Contribui também com o projeto “Escritoras Portuguesas no Tempo da Ditadura Militar e do Estado Novo”, envolvendo o IELT, o CICS.NOVA/FACES DE EVA, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e o CRILUS/EA Études Romanes, da Universidade Paris Nanterre.

- ¹ “Entende-se pelas novas diretrizes de Lisboa que a Coroa se apercebia do potencial estratégico-diplomático e evangelizador que Cochim ia adquirindo e, assim, criava condições para o florescimento de uma sociedade à imagem da portuguesa. Senão veja-se: com a armada de Pedro Álvares Cabral haviam chegado os Franciscanos; agora já se encontravam presentes Dominicanos (a estes se seguiriam os Jesuítas e depois os Agostinhos), celebrando, entretanto, a fixação militar e social dos portugueses” (Pinto 2011: 265).
- ² É importante lembrar que esse dado foi levantado aquando da escrita de *A literatura indo-portuguesa* e que os autores também afirmam ter dúvidas aquando a exatidão do número.
- ³ O sistema de casta hindu persistiu entre a comunidade católica, mas transformou-se: as duas primeiras castas são consideradas altas, sendo a primeira composta por sacerdotes detentores do capital cultural e muitas vezes financeiro, os brâmanes; a casta a seguir contém a classe guerreira e comerciante, os chardós. A casta baixa se define pelo grupo dos sudras, aqueles que realizam serviços como os apanhadores de coco. Há também aqueles fora de casta, os *outcastes*.
- ⁴ A designação Nova Goa resulta da mudança da sede administrativa da então chamada Índia Portuguesa de uma região para outra, ficando assim mais próxima da costa. Até o século XIX, Goa designava tanto a cidade de Goa, onde ficava a sua sede, como toda a colônia. A partir de 1843, a nova sede passou a ser conhecida como Nova Goa, enquanto a sede antiga como Velha Goa, sendo Goa a designação genérica de todo o território.
- ⁵ Tais como: o *Catálogo dos livros, opúsculos e manuscritos pertencentes à Bibliotheca Nacional de Nova Goa* (1907); *A evolução do jornalismo na Índia Portuguesa* (1923), António M. da Cunha; “Os portugueses e o estabelecimento da imprensa” (1938), de Amâncio Gracias; os *Roteiros dos arquivos da Índia Portuguesa* (1955), de S. S. P. Pissurlencar; *A Tentative checklist of Indo-Portuguese Imprints 1556-1674* (1956), de Charles R. Boxer; o *IV Centenário da Primeira Imprensa de Goa* (1956), de José Wicki; *The Printing Press in India - Its Beginnings and Early Development* (1958), de A. K. Priolkar; *Imprensa de Goa* (1971), de António dos Mártires Lopes; *History of the Press in Goa* (2004), de Rekha Mishra; “Origem e estabelecimento da imprensa e da literatura em Goa” (2004), de Helder Garmes; *Between empires - prints and politics in Goa* (2007), de Rochelle Pinto; “*Ilustração Goana*” e “*Minerva Brasiliense*”: a sedimentação do romantismo em Goa e no Brasil (2008), de Ana Cristina Kerbauy; *19th Century Periodicals of Portuguese India: An Assessment of Documentary Evidence and Indo-Portuguese Identity* (2013), de Lilhadar Ramanchandra Pendse; *O desassossego goês* (2013), de Sandra Ataíde Lobo, dentre outros. O período salazarista ainda foi pouco estudado, embora haja um esforço analítico voltado à imprensa periódica de língua portuguesa que se desenvolveu nesse contexto e no período pós-colonial, como os recentes trabalhos de Marcello Assunção (2019) e de Adelaide Vieira Machado (2020, 2021), dentre diversos outros. Ainda assim, a produção letrada da imprensa goesa em português se encontra pouca estudada.
- ⁶ Propécia Correia Afonso de Figueiredo foi professora da Escola Normal de Nova Goa e “sua atividade intelectual no meio católico goês de língua portuguesa foi vasta, tendo sido estampada nos periódicos *Heraldo* (1908-1947; 1947-1962), *O Heraldo* (1900) e *O Mascotte* (1933-1937). Foi uma das primeiras mulheres a integrar, como sócia, o Instituto Vasco da Gama e publicou grande parte de seus artigos, como veremos a seguir, na revista do Instituto. Ademais, foi membro atuante dos Congressos

- Provinciais da Índia Portuguesa, tendo ocupado o cargo de secretária e de vogal” (Madeira 2022: 84). Sua principal obra foi o livro *A mulher indo-portuguesa*, publicado em fascículos entre 1928 e 1931 no *Boletim do Instituto Vasco da Gama* e, mais tarde, em 1933, em livro pela Agência Geral do Ultramar.
- ⁷ Maria Ermelinda dos Stuarts Gomes também foi professora da Escola Normal de Nova Goa, mas, diferentemente de Propércia Correia Afonso de Figueiredo, muda-se para Portugal, onde passa a colaborar com o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Além da contribuição aos órgãos de propaganda feminista, publica, em 1926, “o primeiro volume de seu livro *Sumário da História da Índia*, intitulado *Os portugueses na Índia*. Em 1930, publicou o segundo volume do *Sumário*, sendo tanto esse quanto o volume anterior prefaciados por Ana de Castro Osório, escritora com quem Gomes estabeleceu contato em 1917, ao que tudo indica, por meio do jornal de propaganda feminista dirigido pela autora portuguesa, *A Semeadora* (1915 - 1918)” (Madeira 2021: 90-91).
- ⁸ Françoise Vergès demonstra que o feminismo civilizatório tem por objetivo “salvar as mulheres racializadas do obscurantismo” (Vergès 2020: 45), validando políticas coloniais que mantêm os direitos de mulheres nas metrópoles, enquanto oprime os povos colonizados.
- ⁹ O *sati* era uma prática proibida em Goa desde os tempos de Afonso de Albuquerque, mas que ainda era permitida na Índia Britânica até o século XIX, quando aprovou-se o *Sati Abolition Act* de 1829 (Sangri & Vaid 198: 1287).
- ¹⁰ *A mulher indo-portuguesa* (1933), de Propércia Correia Afonso de Figueiredo, ganhou “o segundo prêmio na categoria “história, viagens, biografia e etnografia” do VII Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral do Ultramar, tendo concorrido apenas com homens [...] É interessante notar que Propércia Correia Afonso não só é a única mulher como também a única pessoa não europeia a concorrer nessa categoria” (Madeira 2021: 86).
- ¹¹ Com 221 páginas, na recente edição de Duarte Drumond Braga (2019).
- ¹² Reunião de Estado no contexto do império mongol.

Bibliografia

- Abdala Junior, Benjamin (2000), “Terra morta e outras terras: sistemas literários nacionais e o macrossistema literário de língua portuguesa”. Revista *Veredas*, vol. 3, tomo II: 523-536.
- Assunção, Marcello Felisberto Morais (2019), “Poesia e Opinion Poll: uma análise do engajamento político literário no periodismo goês pós-colonial (1961- 1967)”, *Via Atlântica*, São Paulo, n. 36, 167-194, dez./2019: 182-183.
- (2019), “Poesia e *Opinion Poll*: uma análise do engajamento político literário no periodismo goês pós-colonial (1961-1967)”. *Via Atlântica*, n. 36.

- Boxer, C. R. (1956), "A Tentative checklist of Indo-Portuguese Imprints 1556-1674". In: *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, No. 73.
- Braga, Duarte (ed.) (2019), "Introdução" a *Obra Reunida de Paulino Dias*, 2 vols., São Paulo, Alameda.
- Castelo, Claudia (2020), "O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio", *Buala*, 29/97/2020. Acesso: 01/05/2024. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/a-ler/o-luso-tropicalismo-e-o-colonialismo-portugues-tardio>
- Catálogo dos periódicos políticos e noticiosos e das revistas litterarias e scientificas*. Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, 1893. *Catálogo dos Livros, Opúsculos e Manuscriptos Pertencentes à Bibliotheca Nacional de Nova Goa*. Nova Goa, 1907.
- Chakravarti, Ananya (2018), *The Empire of Apostles: Religion, Accommodatio, and the Imagination of Empire in Early Modern Brazil and India*. Nova Delhi, Oxford University Press.
- Costa, Aleixo Manuel da (1997), *Dicionário de Literatura Goesa*. Macau, Instituto Cultural de Macau, Fundação Oriente, 3 v.
- Costa, Francisco João da (1974), *Jacob e Dulce - scenas da vida indiana*. 3.ed. Pangim, Tipografia Sadananda.
- Cunha, António M. (1923), *A evolução do jornalismo na Índia Portuguesa*. Nova Goa, Imprensa Nacional.
- Cunha, Jorge Gerson da (2004), *The Origin of Bombay*. Nova Delhi, Asian Educational Services.
- Cunha, Vicente Bragança (1926), *Literatura indo-portuguesa, figuras e factos*. Bombaim, Karnatak Printing Press.
- Deví, Vimala; Seabra, M. de (1971), *A literatura indo-portuguesa*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 2 v.
- (1962), *Súria*. Lisboa, Agência-Geral do Ultramar.
- Dias, Filinto Cristo (1963), *Esboço da história da literatura indo-portuguesa*. Bastorá, Goa, Tipografia Rangel.
- Dias, Paulino (2019), *Obra Reunida de Paulino Dias*. São Paulo, Alameda, 2 v. (recolha, introdução e notas de Duarte Drumond Braga).
- Fazzini, Luca (2023), "Trânsitos e circulações de mundos: comparar literaturas na África". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 43, nº 93, Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472023v43n93-06>
- Festino, Cielo G. (2018), "Teaching Literature: In Between Multilingualism and Plurilingualism. The Case of Goa India". In *Coa. A Postcolonial Society Between Cultures*. Rochelle Almeida, ed. Saligão, Goa:Goa 1556, Golden Heart Emporium": 73-92
- Garmes, Helder; Castro, Paul Melo e (2019), *The Story of Goan Literature in Portuguese: A Question of Terminology*. In Castro, Paul Melo e (ed.), *Colonial and Post-Colonial*

- Goan Literature in Portuguese: Woven Palms*. Cardiff, University of Wales Press.
- Garmes, Helder (2004), “Origem e estabelecimento da imprensa e da literatura em Goa”. In Garmes, H. (org.), *Oriente, engenho e arte*. São Paulo, Alameda: 15-85.
- Gracias, Amâncio (1938), “Os portugueses e o estabelecimento da imprensa”. In *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, no. 37. Bastorá, Rangel Press.
- Kerbauy, Ana Cristina (2008), *Ilustração Goana e Minerva Brasiliense: a sedimentação do romantismo em Goa e no Brasil*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Laachir, Karima; Marzagora, Sara; Orsini, Francesca (2018), “Multilingual Locals and Significant Geographies: For a Ground-up and Located Approach to World Literature”. In *Modern Languages Open*, 2018(1): 19: 1-8.
- Laitin, D. D. (1989), “Language policy and political strategy in India”. *Policy Sciences*, 415-436. <https://doi.org/10.1007/BF00136326>
- Lobo, S. A. (2014), “The Return to Indianness. Goa Nationalism in the 1920s”. In: *Goa 2011. Reviewing and Recovering 50 Years Later*. Savio Abreu & Rudolfg C. Heredia (eds.), New Delhi, Concept Publishing Co.
- (2013), *O Desassossego goês: cultura e política em Goa do liberalismo ao Acto Colonial*. Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa.
- Lopes, Antonio dos Mártires (1971), *Imprensa de Goa*. Monografia Coordenada pelo 150 Aniversario do Primeiro Jornal fundado em Goa. Edição do Comissariado do Governo para os Assuntos do Estado da Índia. Lisboa.
- Machado, Adelaide Vieira (2020), “The A Goan reading of the cultural impact of the Colonial Act: Introducing intellectuals and periodic press through the Anglo-Lusitano of July 7, 1934”, *Revista de História das Ideias*, Vol. 38. 2ª Série: 119-153.
- (2021), “The Intellectual Biography of Pracasha (1928-1937) as a Contribution to the Cultural Study of Democratic Thought in Goa”, *E-Journal of Portuguese History*, Vol. 19, number 1, June: 101-127.
- Madeira, Viviane Souza (2021), *Mulheres em movimento: feminismo em Goa, Brasil e Portugal na primeira metade do século XX*. Tese de Doutorado em Literatura Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.8.2021.tde-13052022-202559.
- Mata, Inocência (2023), “Estudos literários africanos e literatura-mundo: reflexão sobre a epistemologia da crítica literária”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 43, no 93. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472023v43n93-04>
- Mishra, Rekha (2004), *History of the Press in Goa*. Tese de doutorado. Universidade de Goa.
- Moretti, Franco (2000), “Conjecturas sobre a literatura mundial”, *Novos Estudos - CEBRAP*, nov. 2000, n. 58: 174-181 (trad. de José Marcos Macedo).
- Newman, Robert (2016), “Goa: Transformação de uma região indiana”, *Via Atlântica*, n. 30: 17-43.

- (2001), *Of Umbrellas, Goddesses, and Dreams: Essays on Goan Culture and Society*. Mapusa, Goa, Other India Press.
- Passos, Joana (2012), *Literatura goesa em português nos séculos XIX e XX - perspectivas pós-coloniais e revisão crítica*. Famalicão, Húmus, Universidade do Minho.
- Pendse, Lilhadar Ramanchandra (2013), *19th Century Periodicals of Portuguese India: An Assessment of Documentary Evidence and Indo-Portuguese Identity*. Tese de doutorado. Universidade de California.
- Pinto, Carla Alferes (2011), "S. Bartolomeu, Afonso de Albuquerque e os bombardeiros alemães. Um episódio artístico em Cochim". In: Curvelo, Alexandra; Simões, Madalena (eds.), *Portugal und das Heilige Römische Reich (16.-18. Jahrhundert)/ Portugal e o Sacro Império (séculos XVI-XVIII)*. Viena, Austria: Aschendorff Verlag, 2011, pp263-280.
- Pinto, Rochelle (2007), *Between empires - prints and politics in Goa*. New Delhi, Oxford University.
- Pissurlencar, S. S. P. (1955), *Roteiros dos arquivos da Índia Portuguesa*. Arq. Histórico do Estado da Índia.
- Priolkar, A.K. (1958), *The Printing Press in India - Its Beginnings and Early Development*. Bombay, Marathi Samshodhan Mandala.
- Said, Edward W. (1978), *Orientalism*. New York, Pantheon Books.
- Sangari, K.; Vaid, S. (1981), *Sati in Modern India: A Report*. *Economic and Political Weekly*, v. 16, n. 31: 1284-1288.
- Sardesai, Laxmanrao (2019), "A nossa Deusa" (*O Herald*, 16 de setembro de 1965, p. 1). In Assunção, Marcello. "Poesia e *Opinion Poll*: uma análise do engajamento político literário no periodismo goês pós-colonial (1961- 1967)", *Via Atlântica*, São Paulo, n. 36, 167-194, dez./2019: 182-183.
- Spina, Daniela (2020), *Goa e as dobras da história literária em língua portuguesa: o como e o porquê*. 287 f. Tese de Doutorado em Estudos de Literatura e de Cultura - Faculdade de Letras de Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Trichur, Raghuraman S. (2013), *Refiguring Goa: From Trading Post to Tourism Destination*. Saligão, Goa 1556.
- Vergès, Françoise (2020), *Um feminismo decolonial*. São Paulo, Ubu Editora.
- WARWICK RESEARCH COLLECTIVE. *Movimento combinado e desigual - por uma nova teoria da literatura-mundial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.
- Wicki, Jose, S.J. (1956), *IV Centenário da Primeira Imprensa de Goa*. Lisboa, Edições Brotéria.